



## CAPÍTULO 20

# **O corpo de Marcelo Cavalcante aparece boiando sobre o Lago Paranoá**



No dia 17 de fevereiro de 2009, o PT e seus aliados finalmente conseguiram o cadáver que buscavam para empregar o Governo de Yeda Crusius.

Em Porto Alegre, no dia 4 de março, alguns dias depois do resgate do corpo de Marcelo Cavalcante das águas do Lago Paranoá, Brasília, ao participar de um prolongado debate no

programa Espaço Aberto, da Rádio Guaíba, sob o comando do Jornalista Gustavo Mota, o Jurista e Advogado Ricardo Giuliani, até pouco tempo antes um destacado dirigente do PT do Rio Grande do Sul, explicou de que modo o Partido usaria o cadáver:

*- Nós entramos numa lógica perversa no nosso Estado - e eu faço uma autocrítica muito contundente a partir daquilo que fiz no PT - que é a disputa política para eliminar o adversário.*

Embora o corpo de Marcelo Cavalcante tivesse sido encontrado sobre as águas do Lago Paranoá as 6h40min da manhã do dia 17, o laudo cadavérico 06739/09 do Instituto de Medicina Legal Leonídio Ribeiro, assinado na mesma data pelo perito José Bezerra, estimou que ele morreu entre o dia 15 e o dia 16. No dia 15, domingo, uma testemunha, Newton Coelho Barros, o Careca, seu velho amigo, afirmou na Polícia Civil que viu Marcelo sobre a ponte, exatamente as 13h58m, embora as câmeras da área não tenham recolhido imagem alguma dele.



A Polícia atestou que Marcelo morreu as 14h05min de domingo, dia 15.

Marcelo Cavalcante não sabia nadar e tinha pavor de água. Apesar disto, costumava passear de lancha com amigos. Marcos Cavalcante, denunciou que seu irmão foi jogado de cima de uma delas.

Pelo menos 16 fotografias coloridas foram anexadas ao laudo enxuto e técnico, de apenas uma página, dos legistas. São imagens terríveis de um corpo nu, enegrecido, já em início de putrefação, inchado, de um homem de 41 anos, 1,80 m, 85 kg.

Foi um laudo curto e grosso.

No mesmo dia, os médicos-legistas Volnei Ferreira Teixeira Mendes e Roberto Ferreira Wanderley foram mais longe, mas apesar disto confirmaram apenas o que os legistas tinham constatado no dia 17 de fevereiro: foi um caso de afogamento.

Somente seis e dez meses depois, a pedido do Delegado que presidiu o inquérito, foram apresentados aditamentos mais aprofundados aos dois laudos cadavéricos e laboratoriais iniciais. O Delegado fez uma bateria de perguntas técnicas para eliminar pontos obscuros dos laudos iniciais, respondendo a pressões da mídia, dos políticos e dos familiares, que não se conformaram com o serviço apressado da Polícia.

Os legistas passaram mais informações, porém o dado mais relevante relacionou-se com a constatação final de que o caso poderia ser de suicídio ou assassinato, o que somente investigações policiais poderiam determinar. Até ali, a Polícia tratava a morte unicamente como suicídio, mas a estas alturas do jogo, a hipótese de interesses políticos envolvidos na tragédia, já tinha sido levantada por familiares ouvidos no inquérito policial de Brasília e por políticos do governo e da oposição em Porto Alegre.

Os laudos cadavéricos e o próprio exame laboratorial do dia 13 de março de 2009, deixaram a questão em aberto, porque não souberam identificar com precisão a causa que levou ao afogamento. O segundo aditamento ao laudo de exame de corpo de delito, assinado no dia 10 de junho de 2009, foi definitivo na formulação das dúvidas dos legistas:

*- Não há elementos para caracterizar a causa da morte.*

Nunca ficou claro se houve suicídio ou assassinato. Nem mesmo a quebra dos sigilos telefônicos, fiscal e bancário, determinado no dia 12 de maio de 2009 pelo Juiz Germano Oliveira Henrique de Holanda, conseguiu ajudar a desvendar o mistério.

A não ser pelo testemunho da companheira, Magda Koenigkan, nenhum outro dos doze depoimentos desenhou na 10ª Delegacia de Polícia qualquer cenário parecido com o de suicídio. Em favor da sua tese na Polícia, Magda apresentou torpedos remetidos pelo companheiro nas suas 72 horas finais de vida, logo depois

que ele foi expulso de casa. Ela também replicou testemunhos da ex-mulher e dos familiares de Marcelo, que desmentiram tudo na Polícia e no Ministério Público. Até mesmo as clínicas psiquiátricas que teriam sido procuradas por Marcelo em busca de ajuda, negaram formalmente a existência de qualquer cadastro em nome dele.

O caso dos torpedos é mais emblemático, porque eles foram resgatados nos dois celulares de Marcelo e no celular de Magda, no entanto. Os curtos textos viraram peça de controvérsia feroz quando foram conhecidos e vazados para a imprensa.

O pai, Antonio, o irmão Marcos, a filha Marcelinha, todos denunciaram a existência de uma trama assassina, apresentando evidências e clamando pela abertura de nova linha de investigações.

Os depoimentos não foram mais esclarecedores, porque a Polícia não quis abrir uma linha de investigação para o caso de assassinato, preferindo focar seu trabalho exclusivamente na busca de “razões” para o suicídio.

Afinal de contas, Marcelo matou-se por vontade própria ou foi induzido ao suicídio, mas se houve mesmo execução, quem foram os assassinos e quem foram os mandantes?

As investigações policiais não encontraram respostas, mas as dúvidas foram bem aproveitadas pela oposição e pelos inimigos de Yeda Crusius.

O juiz do caso, no início de 2012 mandou arquivar o processo, porque aceitou a tese da Polícia e do Ministério Público de que foi suicídio puro e simples.

A viúva de Marcelo Cavalcante, a Publisher Magda Koenigkan, que nos dois únicos depoimentos prestados na 10ª Delegacia de Polícia defendeu a hipótese de suicídio sem induzimento, mais tarde, quando se aproximou do PT do Rio Grande do Sul, ajudou a incendiar as discussões sobre assassinato. Ao ser recebida no dia 9 de julho de 2009 em Porto Alegre pelos Deputados Raul Pont, do PT, Paulo Azevedo e Gilmar Sossela, do PDT, ela foi diretamente ao ponto, mudando a versão que deu na Polícia em fevereiro:

*- Não há explicação para o roxo no rosto do Marcelo. Meu pai, quando viu, disse: “Bateram no Marcelo”.*

As declarações foram distribuídas pela Assembleia.

Não foi o que ela disse nos dois depoimentos que prestou no inquérito aberto na 10ª Delegacia de Polícia de Brasília. No dia 20 de fevereiro de 2009, três dias depois de encontrado o corpo de Marcelo, ela ditou para a Delgada Andiara de Rezende:

*- Não acredito que a morte Marcelo tenha sido um ato criminoso por parte de terceiros, pois ele nunca falou que tivesse sido ameaçado por qualquer motivo.*

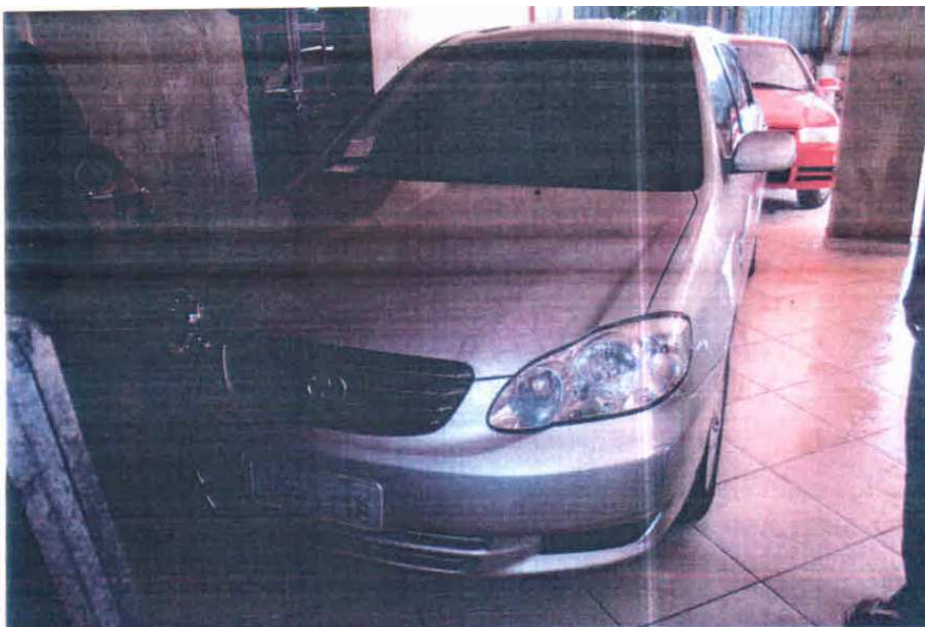
O corpo de Marcelo foi encontrado com a mesma roupa com a qual foi visto vivo pela última vez, no início da tarde de domingo, as 13h58m, pelo seu antigo amigo Newton Coelho Barros, o “Careca”: calça jeans azul Emporiows, camisa

clara e listrada, tênis azuis e meias brancas, todos da marca Adidas. Do seu braço esquerdo foram retirados uma pulseira prateada e o relógio, e do braço direito saíram a pulseira emborrachada com o dístico “Imortal Tricolor”. Nos bolsos, dois celulares e embalagens das balas Halls.

Os laudos cadavérico e laboratorial não falam de traumatismo e nem de roxo produzido por hematomas. As fotografias da necropsia estão todas no inquérito policial. A foto número 02, que é a da vista anterior da face, mostra um rosto inchado, apenas o arremedo de uma imagem parecida com a de Marcelo Cavalcante, totalmente arroxado. As fotos 03 e 04, faces laterais esquerda e direita, também não apresentam hematomas.

Nos dois depoimentos prestados aos policiais da 10ª. DP de Brasília, a viúva defendeu com seguranças a convicção de que seu companheiro tinha se matado por amor a ela, por estar endividado e porque percebeu que estava sendo usado politicamente para a produção de uma crise política sem precedentes no Rio Grande do Sul.

Ao depor na 10ª DP, Magda Koenigkan falou muito pouco sobre o Toyota Corola de Marcelo, que ela recolheu da cena dos eventos no próprio dia do recolhimento do corpo do companheiro, 17 de fevereiro de 2008, levando-o para casa, onde foi periciado bem mais tarde, no outro dia, pela Polícia. Ela não contou no depoimento que foi aconselhada a retirar o carro do local pela amiga, a Delegada Sandra Maria da Silveira, na época lotada na 10ª. Delegacia de Polícia. O Instituto de Criminalística registrou que o aparelho de som do carro estava ligado no



momento em que os policiais chegaram à casa da viúva. Curiosos, os agentes anotaram o nome do CD que estava mais visível:

- *Fernando Sede de Justiça.*

Apenas alguns meses depois de defender na polícia a tese do suicídio, Magda Koenigkan mudou

radicalmente de opinião. Esta surpreendente mudança de posição foi percebida pela família de Marcelo Cavalcante e atribuída a interesses financeiros e políticos da viúva. Ao falar no Ministério Público Federal, no dia 1º de junho de 2009, a filha

única de Marcelo, Marcelinha, nas últimas três linhas do seu depoimento ao Promotor Marcelo Leite Borges, denunciou o viés político assumido pela viúva, que já tinha se aproximado do PT e da oposição no Rio Grande do Sul:

*- Magda me procurou várias vezes, preocupada com o teor do meu depoimento, e sempre dizendo que achava que quem tinha matado meu pai tinha sido a Governadora e o marido dela.*



A nova versão também foi a tese colocada numa explosiva entrevista coletiva convocada pela Deputada Luciana Genro e toda a direção do PSOL, quase meio ano antes da visita de Magda a Porto Alegre, apenas nove dias depois de recolhido o cadáver de Marcelo Cavalcante no Lago Paranoá.

Nunca foi o que pensou a família, que desde o início suspeitou dos adversários políticos do Governo do Rio Grande do Sul, portanto também inimigos de Marcelo Cavalcante.

Nos depoimentos na Polícia de Brasília e no Ministério Público, os Cavalcante foram os únicos que registraram oficialmente denúncias de crime sobre o caso. Suas suspeitas e evidências acabaram comprometendo a própria Magda e um velho companheiro e amigo dela e de Marcelo, o lobista gaúcho Lair Ferst .

O patriarca, Antonio, e o irmão, Marcos, forneceram nomes e sobrenomes aos policiais e promotores:

*- O que houve foi assassinato. Nós queremos que investiguem Magda Koenigkan e Lair Ferst. Isto tudo está ligado à disputa política no Rio Grande do Sul.*

Na própria manhã em que foi encontrado o corpo de Marcelo, seu irmão, Marcos Antonio, disse o seguinte ao Agente Luiz Maffia, da 10ª Delegacia de Polícia, que assinou o Boletim de Ocorrência:

*- Não foi suicídio. Este enorme hematoma no rosto dele não tem sentido.*

Marcos Cavalcante é um homem bem articulado e acompanhava os desdobramentos da crise política no Rio Grande do Sul. Ele relacionou a morte com

o caso. Foi o que disse na 10ª. Delegacia de Polícia no depoimento que prestou no dia 26 de fevereiro de 2006, 11 dias depois da morte do irmão.

Só depois das denúncias da família é que se tornaram públicas e evidentes a colaboração carnal de Magda e de Lair com o PT, o PSOL e todo o Eixo do Mal. Lair Ferst, estava comprometido até os ossos na conexão armada para derrubar Yeda Crusius, pelo menos desde que assinou o acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul, em novembro de 2008, no âmbito da Operação Rodin, comprometendo-se ali a colaborar com os Procuradores em todas as investigações feitas contra o Piratini com o apoio da Polícia Federal do Ministro Tarso Genro. O gênero e a amplitude ilimitada deste tipo de colaboração, que torna o réu um réu verdadeiramente um refém indefeso nas mãos do Ministério Público, foi revelado pela primeira vez no dia 23 de setembro de 2009 pelo ex-Secretário Executivo da Fatec, da Universidade de Santa Maria, Silvestre Selhorst, ao renunciar formalmente ao acordo assinado com os Procuradores da Operação Rodin, acostando a ata do caso na Justiça Federal de Santa Maria.

A imprecisão dos médicos legistas e dos laboratoristas, mais a falta completa de testemunhas sobre a ocorrência, permitiram que o caso assumisse proporções alarmantes, mentirosas e até históricas